

E-BOOK
AMPLAMENTE
INCLUSÃO E LUDICIDADE
NA ESCOLA

Organizadores
Luciano Luan Gomes Paiva
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes



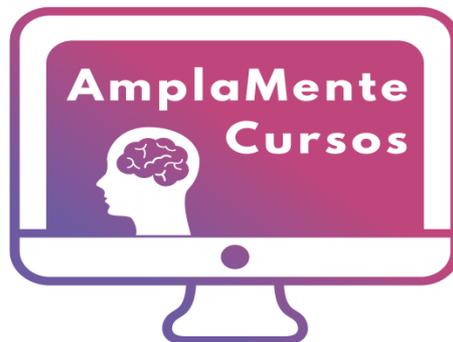
EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

E-BOOK AMPLAMENTE: INCLUSÃO E LUDICIDADE NA ESCOLA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-00-3 DOI: 10.47538/AC-2021.04

E-BOOK

AMPLAMENTE: INCLUSÃO E LUDICIDADE NA ESCOLA

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

ORGANIZADORES

Luciano Luan Gomes Paiva
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2021.04



Ano 2021

E-BOOK

AMPLAMENTE: INCLUSÃO E LUDICIDADE NA ESCOLA

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amplante : inclusão e ludicidade na escola, volume 1 [livro eletrônico] / organizadores Luciano Luan Gomes Paiva, Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas, Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes. -- 1. ed. -- Natal, RN : Amplamente Cursos e Formação Continuada, 2021.
PDF

Bibliografia
ISBN 978-65-89928-00-3

1. Dinâmicas lúdicas 2. Educação 3. Educação - Finalidade e objetivos 4. Inclusão escolar 5. Prática de ensino 6. Psicologia educacional I. Paiva, Luciano Luan Gomes. II. Freitas, Dayana Lúcia Rodrigues de. III. Fernandes, Caroline Rodrigues de Freitas.

21-65790

CDD-371.337

Índices para catálogo sistemático:

1. Atividades lúdicas : Pedagogia : Educação 371.337

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Amplamente Cursos e Formação Continuada
CNPJ: 35.719.570/0001-10

E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br

www.amplamentecursos.com

Telefone: (84) 999707-2900

Caixa Postal: 3402

CEP: 59082-971

Natal- Rio Grande do Norte – Brasil



Ano 2021

Editora Chefe:

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Assistentes Editoriais:

Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Maria Pollyana Sales Vicente

Margarete Freitas Baptista

Bibliotecária:

Maria Alice Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação:

Luciano Luan Gomes Paiva

Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Imagem da Capa:

2021 by Amplamente Cursos e Formação Continuada

Shutterstock

Copyright © Amplamente Cursos e Formação Continuada

Edição de Arte:

Luciano Luan Gomes Paiva

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Amplamente Cursos e

Formação Continuada

Revisão:

Os autores

Direitos para esta edição cedidos pelos autores à

Amplamente Cursos e Formação Continuada.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição [Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional \(CC-BY-NC-ND\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Este e-book contém textos escritos por autores de diversos lugares do Brasil e, possivelmente, de fora do país. Todo o conteúdo escrito nos capítulos, assim como correção e confiabilidade são de inteira responsabilidade dos autores, inclusive podem não representar a posição oficial da Editora Amplamente Cursos.

A Editora Amplamente Cursos é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Todos os artigos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

É permitido o download desta obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Situações de má conduta ética e acadêmica ou quaisquer outros problemas que possam vir a surgir serão encaminhados ao Conselho Editorial para avaliação sob o rigor científico e ético.



CONSELHO EDITORIAL

Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo - Universidade Federal de Campina Grande

Dra. Danyelle Andrade Mota - Universidade Federal de Sergipe

Dra. Débora Cristina Modesto Barbosa - Universidade de Ribeirão Preto

Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade Estadual do Ceará

Dra. Eliana Campêlo Lago - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Everaldo Nery de Andrade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Dra. Fernanda Miguel de Andrade - Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Izael Oliveira Silva - Universidade Federal de Alagoas

Dr. Jakson dos Santos Ribeiro - Universidade Estadual do Maranhão

Dra. Josefa Gomes Neta - Faculdade Sucesso

Dr. Maykon dos Santos Marinho - Faculdade Maurício de Nassau

Dr. Rafael Leal da Silva - Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba

Dra. Ralydiana Joyce Formiga Moura - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Roberta Lopes Augustin - Faculdade Murialdo

Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Wanderley Azevedo de Brito - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Claudia Silva Lima - Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ma. Andreia Rodrigues de Andrade - Universidade Federal do Piauí

Esp. Bruna Coutinho Silva - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ma. Camila de Freitas Moraes - Universidade Católica de Pelotas

Me. Carlos Eduardo Krüger - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Esp. Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes - Fanex Rede de Ensino

Me. Clécio Danilo Dias da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Me. Fabiano Eloy Atílio Batista - Universidade Federal de Viçosa
Me. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará
Me. Fydel Souza Santiago - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo
Me. Giovane Silva Balbino - Universidade Estadual de Campinas
Ma. Heidy Cristina Boaventura Siqueira - Universidade Estadual de Montes Claros
Me. Jaiurte Gomes Martins da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Me. João Antônio de Sousa Lira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Me. João Paulo Falavinha Marcon - Faculdade Campo Real
Me. José Henrique de Lacerda Furtado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Me. José Flôr de Medeiros Júnior - Universidade de Uberaba
Ma. Josicleide de Oliveira Freire - Universidade Federal de Alagoas
Me. Lucas Peres Guimarães - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ma. Luma Mirely de Souza Brandão - Universidade Tiradentes
Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa - Universidade Federal da Paraíba
Me. Márcio Bonini Notari - Universidade Federal de Pelotas
Ma. Maria Antônia Ramos Costa - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia
Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves - Universidade Católica Portuguesa
Me. Milson dos Santos Barbosa - Universidade Tiradentes
Ma. Náyra de Oliveira Frederico Pinto - Universidade Federal do Ceará
Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan - Faculdade de Educação e Meio Ambiente
Ma. Rosiane Correa Guimarães - Universidade Federal de Jataí
Ma. Sirlei de Melo Milani - Universidade do Estado de Mato Grosso
Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz - Universidade Federal da Paraíba
Me. Weberson Ferreira Dias - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Todos os autores desta obra declaram que trabalharam ativamente na produção dos seus trabalhos, desde o planejamento, organização, criação de plano de pesquisa, revisão de literatura, caracterização metodológica, até mesmo na construção dos dados, interpretações, análises, reflexões e conclusões. Assim como, atestam que seus artigos não possuem plágio acadêmico, nem tampouco dados e resultados fraudulentos. Os autores também declaram que não possuem interesse comercial com a publicação do artigo, objetivando apenas a divulgação científica por meio de coletâneas em temáticas específicas.

APRESENTAÇÃO

O E-book *Amplamente: inclusão e ludicidade na escola* consiste em uma coletânea de textos científicos, oriundos de práxis docentes nos diversos contextos de ensino e aprendizagem educacional, principalmente voltada às práticas pedagógicas inclusivas e lúdicas no ambiente escolar.

Nesse sentido, este e-book direciona os diálogos às novas demandas educativas, à inclusão de pessoas com deficiência na escola, tratando da efetivação de leis e políticas públicas, inserção de práticas menos capacitistas e mais inclusivas, o respeito às diferentes identidades, entre outros debates no campo da Educação. Assim como, de maneira interligada a esses assuntos, o desenvolvimento das práticas e processos lúdicos na formação integral dos personagens da escola, sobretudo neste momento de direcionamento a uma perspectiva cada vez mais neoliberal e menos humanizadora.

Desta forma, como um incentivo às práticas pedagógicas mais sistêmicas, os possíveis debates que incorporam a inclusão e ludicidade na escola, articulada às diversas demandas sociais e educativas, sugerem reflexões e contribuições à formação dos profissionais da Educação. É nesse sentido que o E-book *Amplamente: inclusão e ludicidade na escola* traz diversos textos de professores pesquisadores em formato de artigos completos oriundos de Pesquisa Concluída, Pesquisa em Andamento, Ensaio Acadêmico, Revisão Bibliográfica e Relato de Experiência para suscitar um debate importante para os profissionais de diferentes áreas de ensino.

Assim, em nome da Editora *Amplamente Cursos*, convido a todas as pessoas para a leitura do E-book *Amplamente: inclusão e ludicidade na escola*, com propostas, concepções, perspectivas, melhorias, apontamentos, análises entre outras questões importantes para o campo educacional.

Desejo uma ótima leitura!

Luciano Luan Gomes Paiva



Ano 2021

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	13
A APRENDIZAGEM E O HÁBITO DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO	
Irene Soares da Rocha; Carlos Alberto da Silva Oliveira.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-01	
CAPÍTULO II	31
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	
Clézia Araújo de Oliveira; João Batista Bento Filho; Maria Fernanda de Lima Figueiredo; Claudia Cândida da Silva Damascena.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-02	
CAPÍTULO III	45
A DANÇA INSERIDA NO CONTEXTO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DO EDUCANDO: UM CAMINHO INTERDISCIPLINAR	
Marinalva Ferreira Cruz	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-03	
CAPÍTULO IV	60
A DIDÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DAS ESCOLAS ESTADUAIS INDÍGENAS NA MODALIDADE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE-RR	
Janicélia Bedoni de Sousa	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-04	
CAPÍTULO V	78
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A FORMAÇÃO DOS ALUNOS NO PROCESSO EDUCATIVO	
Rafaela Bruno Ichiba; Marcelo Damiano; Karen Cristina Pinheiro Musetti; Aline Fabiane da Silva; Aline Ramos Martins.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-05	
CAPÍTULO VI	88
A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO REFLEXO DA EVASÃO ESCOLAR	
Kelledaiane Cristina Cantuário Almeida	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-06	

CAPÍTULO VII _____ **98**
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUAS CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Clébia Georgina Lima da Silva Veríssimo de Oliveira;
Helena Maria dos Santos Firmino; Marycelia Bastos da Silva Melo;
Valdeci Lima da Silva; Cláudio Henrique Veríssimo de Oliveira.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-07

CAPÍTULO VIII _____ **109**
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PILARES DE UMA BOA FORMAÇÃO

Julielma Melo de Freitas Da Mata; Clézia Araújo de Oliveira;
Francisco Clecio Araújo Silva; Roneide Silva Oliveira.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-08

CAPÍTULO IX _____ **119**
APLICAÇÃO DE UM CURSO DE INFORMÁTICA BUSCANDO A INCLUSÃO DIGITAL DOS ESTUDANTES CARENTES DO DISTRITO DE CORRENTINHO DO MUNICÍPIO DE GUANHÃES EM MINAS GERAIS

Bruno de Souza Toledo; Luiz Henrique Bicalho Campos;
Vander Cardoso de Macedo; Marcos Vinícius de Souza Toledo;
Karina Dutra de Carvalho Lemos.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-09

CAPÍTULO X _____ **136**
AS CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Leydiane Da Silva; Rozilene de Souza Cavalcante;
Cristiane Beserra Peres Araújo; Josiane Guimarães dos Anjos.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-10

CAPÍTULO XI _____ **143**
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO FAZER E APRENDER POR MEIO DO LÚDICO, NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Clézia Araújo de Oliveira; Roneide Silva Oliveira;
Valcilene Araújo de Oliveira; Maria do Carmo da Silva.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-11

CAPÍTULO XII _____ **157**
EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E ASPECTOS LEGAIS

Patrícia Lays Dias de Souza Lima; Silvana Cavalcanti Leal Morais.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-12

- CAPÍTULO XIII** _____ **171**
ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES DO USO DE ESPAÇOS NÃO FORMAIS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RORAIMA, ANO 2019
Peuris Frank Rodrigues Lau
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-13
- CAPÍTULO XIV** _____ **187**
JOGOS COOPERATIVOS UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA
Rafaela Bruno Ichiba; Cristina Araújo de Sousa;
Vanice Conceição de Melo Simões.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-14
- CAPÍTULO XV** _____ **194**
O ADOLESCENTE E A LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS
Dario de Mattos
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-15
- CAPÍTULO XVI** _____ **209**
O DESAFIO DA INSERÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR PARA DUAS ESCOLAS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE
João Batista Barbosa da Penha
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-16
- CAPÍTULO XVII** _____ **221**
O ENSINO EAD E PLATAFORMAS DIGITAIS NO AUXÍLIO DO ENSINO SUPERIOR
Márcio de Freitas Santa Ana;
Roseli da Conceição Silva de Freitas Santa Ana.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-17
- CAPÍTULO XVIII** _____ **229**
O LÚDICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
Leydiane da Silva; Maria Ilza Gregorio;
Thâmara Kelly da Silva Pereira; Fernanda dos Santos Martins de Melo.
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-18

CAPÍTULO XIX	237
O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Antônia Santos Agrella	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-19	
CAPÍTULO XX	249
PERSPECTIVAS COLABORATIVAS PARA A FORMAÇÃO EM MÚSICA NO ENSINO A DISTÂNCIA: UMA REFLEXÃO ACERCA DO MERCADO E ATUAÇÃO EM TUTORIA	
Johnny Jonas do Nascimento Silva	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-20	
CAPÍTULO XXI	258
PRÁTICAS METODOLÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes; Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas; José Antonio da Silva; Fernanda dos Santos Martins de Melo.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-21	
CAPÍTULO XXII	268
REFLEXÃO SOBRE CAMINHOS PARA A APRENDIZAGEM DE MÚSICA EM IGREJAS EVANGÉLICAS, A PARTIR DOS ESTUDOS PRODUZIDOS NO BRASIL	
Aldo Aires da Silva	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-22	
SOBRE OS ORGANIZADORES	279
SOBRE OS AUTORES	281
ÍNDICE REMISSIVO	288

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E ASPECTOS LEGAIS

Patrícia Lays Dias de Souza Lima³⁸; Silvana Cavalcanti Leal Morais³⁹.

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.04-12

RESUMO:

Este artigo tem por finalidade principal analisar, criticamente, a trajetória histórica e legal das instituições de atendimento às crianças, bem como discutir os avanços e retrocessos dessa etapa da educação básica brasileira. Para o seu desenvolvimento, optou-se pela pesquisa bibliográfica/documental tomando por base o Método Histórico, por considerar que, por meio dele, é possível conhecer a origem das primeiras instituições de atendimento à criança e suas diferentes funções no decorrer do tempo. É fundamental destacar que as escolas infantis no Brasil sofreram, no decorrer da história, diferentes mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural até a função educativa. O referencial teórico utilizado foi teóricos como Marx (1986), Rizzo (2003), Didonet (2001), Kuhlmann (2001), Marcílio (1997), entre outros, bem como referenciais legais, como a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados analisados mostram que ocorreu um grande avanço da legislação quando está reconhecida a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Educação Infantil. Educação Básica. História da Educação.

CHILDHOOD EDUCATION: CHALLENGES AND LEGAL ASPECTS

ABSTRACT:

The main purpose of this article is to critically analyze the historical and legal trajectory of institutions serving children, as well as to discuss the advances and setbacks of this stage of basic education in Brazil. For its development, we opted for bibliographic / documentary research based on the Historical Method, considering that, through it, it is possible to know the origin of the first institutions of childcare and its different functions over time. It is essential to highlight that children's schools in Brazil have undergone,

³⁸ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Pós-graduada em Gestão, orientação e supervisão escolar pela UniBF; Pós-graduada em Educação infantil, anos iniciais e psicopedagogia pela UniBF; Professora efetiva da Educação Infantil da Secretária Municipal de Guarabira- Paraíba. E-mail: patrymonteiro16@gmail.com

³⁹ Licenciada em Pedagogia - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Especialista em Coordenação Pedagógica - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialista em Inclusão Escolar: necessidades educativas especiais - Faculdades Integradas de Patos (FIP), Mestranda em Educação - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Supervisora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4156557068933260>. E-mail: prof.sclmorais@gmail.com

throughout history, different changes in their functions, which have gone from assistentialism, custody and cultural deprivation to the educational function. The theoretical framework used was theorists such as Marx (1986), Rizzo (2003), Didonet (2001), Kuhlmann (2001), Marcílio (1997), among others, as well as legal references, such as the Federal Constitution, Law of Guidelines and Bases National Education, Child and Adolescent Statute. The results analyzed show that there was a great advance in legislation when it recognized the child as a citizen, as a subject of rights, including the right to quality education from birth.

KEYWORDS: Child. Child education. Basic education. History of Education.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é o atendimento escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade, em instituições de creche ou pré-escola. Em uma visão que considera a criança como sujeito de direitos, a educação infantil visa, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 29º, ao desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Levando em consideração que a educação infantil é um direito social da criança, aquela é de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças, em todos os seus aspectos. Assim, o presente trabalho busca realizar um levantamento documental dos aspectos históricos, conceituais e legais sobre a criança, a Educação Infantil, considerando a criança como ser histórico, que constrói e transforma as relações da sociedade e de sua própria história.

O referencial teórico utilizado levou em consideração as visões de diferentes autores renomados no campo da educação infantil, como, por exemplo, Marx (1986), Rizzo (2003), Didonet (2001), Kuhlmann (2001), Marcílio (1997), entre outros, bem como referenciais legais, como a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente.

A pesquisa surge em busca de um levantamento bibliográfico sobre a educação infantil, buscando compreender a história e marcos legais com relação a essa etapa da educação básica. Do desenvolvimento dessa questão, originou-se o presente artigo, dividido em três partes. Na primeira, faz-se uma discussão acerca dos aspectos históricos da educação infantil, realizando um levantamento de acontecimentos da história que

marcaram o surgimento da educação infantil. Na segunda parte, fala-se sobre essa etapa no Brasil, ressaltando também momentos históricos. E na última e terceira parte, busca-se discutir a criação da legislação para regulamentar e garantir a oferta da educação infantil às crianças de diferentes classes sociais.

DESENVOLVIMENTO

ASPECTOS HISTÓRICOS UNIVERSAIS

No que diz respeito ao aspecto histórico, a educação das crianças esteve durante muito tempo sob a responsabilidade da família, sobretudo das mães, as quais eram encarregadas de cuidar do lar e das crianças, cabendo a figura masculina o trabalho fora de casa para sustento da família. Além disso, a partir do convívio com os adultos e outras crianças, ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Assim, os conhecimentos e consciência das regras eram adquiridos por meio da experiência com pessoas mais experientes.

Durante o século XIX, as propostas para a educação infantil passaram a ser discutidas, e posteriormente, no século XX, elas passaram a ser implementadas. Porém, durante essa passagem, o atendimento era feito a crianças de 4 a 6 anos de idade, e parte vinculada aos órgãos de saúde e assistência social, com um contato indireto com a área educacional. Já no final do século XX, a expansão das instituições no espaço geográfico se acelera, e depois há uma estabilização, bem como a legislação indica para o vínculo de todas as instituições aos organismos educacionais. Desse modo, a história da educação infantil é relativamente recente no Brasil.

Ademais, processos como a urbanização, a industrialização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as modificações na organização e estrutura da família contemporânea, demandando a instalação de instituições para o cuidado e a educação das crianças, foram fundamentais para potencializar o desenvolvimento das instituições para crianças, bem como marcos normativos como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, e a Convenção Mundial dos Direitos da Criança, de 1989.

Na Europa, com a transição do feudalismo para o capitalismo, em que houve a passagem do modo de produção doméstico pelo sistema fabril, e, conseqüentemente, a

substituição das ferramentas pelas máquinas e a substituição da força humana pela força motriz, provocando toda uma reorganização da sociedade. O enorme impacto causado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos.

De acordo com Marx (1986), a implementação da maquinaria nas indústrias possibilitou que o emprego de trabalhadores sem muita força muscular e com membros mais flexíveis, o que viabilizou ao capital absorver a força de trabalho feminina e das crianças nas fábricas. A maquinaria estabeleceu um meio de diversificar os assalariados, colocando, nas fábricas, todos os membros da família do trabalhador, independentemente do sexo e da idade de cada um. Se, até então, o trabalhador vendia somente sua própria força de trabalho, passou a vender a força da mulher e dos filhos.

Na verdade, apesar do aumento significativo do número de trabalhadores, os homens foram, em grande parte, substituídos no trabalho pelas mulheres e pelas crianças, já que a lei fabril exigia duas turmas trabalhando: uma turma de seis horas e outra de quatro, ou cada uma, cinco horas apenas. Mas os pais não queriam vender o tempo parcial das crianças mais barato do que vendiam antes o tempo integral, mesmo que as condições de trabalho fossem péssimas.

Assim, como aponta Marx (1986) “[...] o capital achava nelas, as mulheres e moças despidas, muitas vezes em conjunto com homens, perfeitamente de acordo com seu código moral”. Nesse sentido, o capital via na força de trabalho feminino um modo de potencializar a exploração do capital humano. O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos, utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.

Em razão da crescente participação dos pais no trabalho das fábricas, fundições e minas de carvão, surgiram outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimento das crianças. Eram organizados por mulheres da comunidade que,

na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização de reza. As atividades relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalização de regras morais eram reforçadas nos trabalhos dessas voluntárias. Desse modo, como afirma Rizzo (2003),

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil (RIZZO, 2003, p. 31).

A preocupação das famílias, naquela época, era garantir a sobrevivência do lar, segundo a autora, logo, os maus tratos e o desprezo contra crianças eram corriqueiros, tornaram-se aceitos como regra e costume pela sociedade de um modo geral. As mazelas que assolavam a população infantil e tornaram tão comuns que diversas pessoas resolveram tomar para si a tarefa de acolher as crianças desvalidas que se encontravam nas ruas.

As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto as mães saíam para o trabalho. Desse modo, sua origem e expansão como instituição de cuidados às crianças estão associados à transformação da família. A origem da instituição escolar, na sociedade ocidental, de acordo com Didonet (2001), baseia-se no trinômio: mulher-trabalho-criança. As creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, o objetivo assistencialista, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças.

Embora tais instituições estivessem ligadas aos aspectos assistencialistas, de acordo com Kuhlmann (2001), elas já se preocupavam com questões não só de cuidados, mas também de educação, já que se apresentavam como pedagógicas já em seu início. Do ponto de vista histórico, a própria literatura traz o jardim de infância como uma instituição exclusivamente pedagógica e que, desde sua origem, teve pouca preocupação com os cuidados físicos das crianças.

Entretanto, vale salientar que o primeiro Jardim de Infância, criado, em meados de 1840 em Blankenburgo, por Froebel, tinha uma preocupação não só de educar e cuidar

das crianças, mas de transformar a estrutura familiar de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos. De acordo Kuhlmann (2001):

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternas.

No Brasil, as instituições de educação foram criadas com caráter exclusivamente assistencialista, o que difere das instituições criadas na Europa e Norte-Americano. Essas diferenças exigem que seja analisada na sua especificidade, para que se possa compreender a trajetória desse nível de ensino no caso brasileiro e na relação que estabelece com o contexto universal.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

De encontro ao que acontecia nos países europeus e norte-americanos, no Brasil, as primeiras creches ou estabelecimentos de atendimento às crianças surgiram com o caráter exclusivamente assistencialista, voltadas ao cuidado das crianças, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas. Ademais, outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, embora tivessem o apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, já que as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (RIZZO, 2003, p. 37).

Em uma sociedade predominantemente patriarcal, o intuito era criar uma solução para os problemas masculinos, ou seja, tirar deles a responsabilidade de assumir a paternidade. Além disso, não se tinha um conceito bem definido do que seriam as especificidades das crianças, sendo ela “[...] concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p. 37).

Além disso, fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos fizeram com que alguns

setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar. Desse modo, como pontua Didonet (2001), “[...] problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família”.

Além do mais, Didonet (2001) defende que as visões e necessidades das famílias pobres e burguesas eram totalmente diferentes, visto que cada uma tinha uma finalidade diferente: enquanto para as mães trabalhadoras as creches eram uma forma de deixar seus filhos seguros enquanto elas trabalhavam, para as famílias burguesas era uma forma de passatempo dos filhos. Didonet (2001) diz que:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

Vale ressaltar que ao longo do tempo diversas formas alternativas de atendimento a crianças das classes menos favorecidas foram se constituindo, com o intuito de atendê-las. Uma das instituições brasileiras mais perdurável de atendimento à infância, que teve seu início antes da criação das creches, foi a roda dos expostos ou roda dos excluídos. Esse nome advém do dispositivo em que se deixavam os bebês abandonados e era composto por uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória e fixado na janela da instituição ou das casas de misericórdia.

Assim, conforme defende Marcílio (1997) “Por mais de um século a roda de expostos foi à única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil e, apesar dos movimentos contrários a essa instituição por parte de um segmento da sociedade, foi somente no século XX, já em meados de 1950, que o Brasil efetivamente extinguiu-a, sendo o último país a acabar com o sistema da roda dos enjeitados.

Durante o período de abolição da escravatura no Brasil, houve iniciativas isoladas de proteção à infância, no sentido de combater os altos índices de mortalidade

infantil. Embora existisse o trabalho desenvolvido nas casas de Misericórdia, por meio da roda dos expostos, um número exponencial de creches foi criado não pelo poder público, mas exclusivamente por organizações filantrópicas. Assim, se um lado esses programas voltados ao atendimento das crianças das classes menos favorecidas, por outro lado havia quem defendesse a criação dos jardins de infância, por acreditarem que os mesmos trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, ao mesmo tempo foi criticado por identificá-los com instituições europeias.

Nesse sentido, com a intensificação do processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Deste modo, os operários começaram a se reunir para reivindicar por melhorias, como melhores condições de trabalho, criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos. Assim, Oliveira (1992) aponta que

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 1992, p. 18).

O autor Kramer (1995) discute que o discurso do poder público, em defesa do atendimento das crianças das classes menos favorecidas, parte da concepção de infância, já que este reconhece esse período da vida da criança de maneira padronizada e homogênea. A criança das classes menos favorecidas, nessa concepção, são “[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltariam a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdos que deveriam ser nelas inculcidos”.

Assim, Krammer (1995) defende que a educação infantil, nessa visão, seria como uma mola de propulsora de mudança social, isto que possibilitaria a democratização das oportunidades educacionais, conforme pontua abaixo:

Ambas as funções podem ser desmistificadas. Ao nível da primeira função, considera-se a educação como promotora da melhoria social, o que é uma maneira de esconder os reais problemas da sociedade e de evitar a discussão dos aspectos políticos e econômicos mais complexos. A proposta que ressurgiu, de elaborar programas de educação pré-escolar a fim de transformar a sociedade no futuro, é uma forma de culpar o passado pela situação de hoje e de focalizar no futuro quaisquer possibilidades de mudança. Fica-se, assim, isento de realizar no presente ações ou transformações significativas que visem a atender às necessidades sociais atuais (KRAMER, 1995, p. 30).

Assim, as crianças de diferentes classes sociais tinham educação diferente: às instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas das particulares, de cunho pedagógico, funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. As crianças eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, assim como afirma Kramer (1995) “enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil”.

Desse modo, em razão da preocupação de atendimento a todas as crianças, independente da sua classe social, iniciou-se um processo de regulamentação desse trabalho no âmbito da legislação.

EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS LEGAIS

Durante a década de 80, diversos setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil uniram forças com o fito de sensibilizar a sociedade sobre os direitos das crianças a uma educação de qualidade em todas as etapas da educação básica. Historicamente, levou quase um século para que as crianças tivessem seus direitos reconhecidos pela legislação, o que ocorreu somente com a publicação da Constituição Federal de 1988 (CF).

Segundo Brittar (2003) os esforços coletivos dos diferentes segmentos da sociedade visavam a assegurar na Constituição Federal “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças”. Assim, foi por meio desses esforços coletivos que a sociedade do século XX conseguiu assegurar legislativamente os direitos das crianças.

A educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, assegurado pelo artigo 6º e 205º da Constituição Federal. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, é garantida na Constituição Federal, por meio do artigo 208º, inciso IV, “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade”. Após essa Lei, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

A Constituição Federal se constitui como uma importantíssima contribuição na garantia dos direitos das crianças, sobretudo da faixa etária de 0 a 5 anos, tornando-os sujeitos possuidores de direitos, bem como base para posteriores criações de outras leis que serviram mais ainda para potencializar os direitos das crianças. Depois de 2 anos da publicação da CF, em 1990, foi publicado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90, ao regulamentar o art. 227º da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. A referida lei trata da proteção integral à criança e ao adolescente, bem como abrange diversos direitos da criança e do adolescente, como por exemplo seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de: “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1996)”.

Ferreira (2000) aponta que o ECA representa um documento de suma importância para a defesa dos direitos da infância e juventude, realizando-se como um dos instrumentos jurídicos mais pertinentes, como afirma o autor:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Entre os anos de 1994 a 1996, foram publicados pelo Ministério da Educação diversos documentos importantíssimos, como políticas públicas, intitulados “Política

Nacional de Educação Infantil”. Esses documentos estabelecem as diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino.

Além disso, em 1996 foi publicada uma considerável lei para a educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96. A citada lei ao tratar das etapas da educação básica, concebeu a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, trazendo um ganho grandioso para a oportunidade de acesso à escola das crianças de 0 a 5 anos de idade. Essa Lei define que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, presencia-se um enorme avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.

Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também é um documento normativo que regulamenta a elaboração de currículos para as três etapas da educação básica. No que tange a educação infantil, a BNCC traz como eixos estruturantes as interações e brincadeiras, visto que é por meio do contato das crianças com outras crianças ou com adultos que aquelas se desenvolvem, bem como as brincadeiras são de fundamental importância para o desenvolvimento infantil, em seus aspectos físicos, cognitivos, sociais, sensoriais.

O documento ainda traz duas dimensões que devem ser indissociáveis na educação infantil: educar e cuidar. Assim, as atividades da educação infantil devem estar atreladas a essas duas dimensões, contemplando tanto o cuidar em aspectos físico, afetivo, cognitivo, como o educar em seu aspecto pedagógico. Sobre o cuidar, é importante ressaltar que esse deve ser entendido como parte integrante da educação.

Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 13.005/14 traz em sua 1º estabelece que:

universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Nesse sentido, o PNE busca somar esforços para garantir o acesso à Educação Infantil a todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, sobretudo, universalizar a pré-escola, considerada 1º etapa da educação básica, bem como obrigatória e gratuita, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, vê-se que o amparado legal visa a garantir o direito das crianças a uma educação de qualidade, almejando a formação do indivíduo crítico e transformador da sua realidade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica utilizada foi de diversos autores que ressaltam sobre a história da educação infantil, bem como de seus aspectos legais. Autores renomados e com competência para discutir sobre o tema, a exemplo de, Marx (1986), Rizzo (2003), Didonet (2001), Kuhlmann (2001), Marcílio (1997), entre outros, bem como referenciais legais, como a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma análise qualitativa da bibliográfica e documental acerca do assunto, por meio de uma análise de conteúdos de documentos, livros e artigos, buscando fundamentar com autores e com entendimento sobre o assunto. Após a definição do tema, realizou-se um levantamento sobre os autores e aparatos legais que fundamentam a temática. A partir disso, começou-se um processo de elaboração e estruturação do artigo, sempre em consonância com o arcabouço teórico selecionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inquestionavelmente, a Educação Infantil é de fundamental importância para o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo o reconhecimento dela como

primeira etapa da educação básica um ganho extraordinário para todas as crianças brasileiras. Sua consolidação só aconteceu nas últimas décadas, em função dos movimentos sociais de luta e reivindicação pelos direitos humanos, dentre eles, o direito de todas as pessoas a uma educação de qualidade desde a mais tenra idade.

Embora a história da educação infantil seja datada de poucos anos atrás, Oliveira (1992) salienta que as duas últimas décadas significaram um tempo de conquistas sobre os direitos da criança brasileira, a opção da família em dividir a educação com os filhos e o dever do Estado na garantia de todos esses direitos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A.C. **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil**. In: Educação infantil, política, formação e prática docente. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.
- DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.
- FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- KUHLMANN JR., Moisés. **O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX**. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30 (Coleção educação contemporânea).
- MARX, Karl. **O Capital**. l.1, v.1. São Paulo: Bertrand Brasil-Difel, 1986. p. 423-550.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches:** Crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RIZZO, Gilda. **Creche:** organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES

PAIVA, Luciano Luan Gomes: Diretor de Arte na Editora Amplamente Cursos, coordenando toda a produção visual e ações de publicidade nas redes sociais e site da empresa. No campo da Educação, atua como Coach Educacional, Palestrante, Ministrante de Oficinas (presenciais e on-line), Tutor a Distância na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Professor de Música em múltiplos contextos. Como pesquisador, tem feito estudos sobre Aprendizagem mediada por Tecnologias Digitais sob a ótica da Complexidade; Formação Docente no âmbito das Tecnologias Digitais; e Mediação Pedagógica no Ciberespaço. Também é membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS-UFRN). Tem formação acadêmica, como Mestre em Música (com ênfase em Educação Musical) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN). Licenciado em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6192-6075>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0772088747598226>. E-mail: luciano.90@hotmail.com.

FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de: Mestra em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Metodologia do ensino de Biologia e Química pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG/MG). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS). Palestrante. Pesquisadora. Professora e Orientadora de cursos de Pós-Graduação e Graduação em instituições da rede privada em Macau/RN. Professora; Orientadora de TCC e Orientadora de Estágio Curricular Supervisionado da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Professora da Educação Básica do município de Guamaré/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5355-3547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122671799874415>. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Atuou como professora da Rede Pública em Macau/RN. Atuou como professora da Escola

Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9198-6746>.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956672837215695>. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

SOBRE OS AUTORES

AGRELLA, Antônia Santos: Pedagoga e professora de língua portuguesa na empresa Senac Idionas- RR. Concluiu o ensino fundamental na escola Estadual Padre Calleri e ensino médio na escola Estadual Dom José Nepote no ano de 2003. Formou-se em licenciatura plena em pedagogia pela faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (2016), obteve especialização em Pós-graduação em Gestão Escolar, pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil, 2017. Assim, como Graduação em letras língua portuguesa pelo Centro Universitário Unifacvest (2020), Especialização em pós-graduação lato Sensu em Ensino Religioso pela Faculdade de Educação São Luís, Fesl, Jaboticabal, Brasil. Atualmente está cursando de Psicopedagogia Institucional Clínica e Educação Especial pelo Centro universitário Favoni, tem experiência na área de Letras, com ênfase em língua portuguesa. Foi monitora no programa do Governo Federal (Mais novo Educação 2017-2018) na Escola Estadual Buriti e na Escola Estadual Carlos Dumond de Andrade na cidade de Boa vista -RR. Atualmente é professora de Língua portuguesa na empresa Senac RR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0459179128875578>. E-mail: antonia.agrella37@gmail.com

ALMEIDA, Kelledaiane Cristina Cantuário: Graduada em Pedagogia pela UNDB – Centro Universitário; Pós-graduada em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar pela Faculdade Santa Fé; Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Professora efetiva da Rede Municipal de Educação de São Luís-MA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5602-3987>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7241980593357603>

ANA, Márcio de Freitas Santa: Mestre em Ciências e Tecnologias de Materiais pela Instituição UEZO. Instituição: (CEDERJ). E-mail: ciedistancia@gmail.com

ANA, Roseli da Conceição Silva de Freitas Santa: Graduanda em Engenharia de Produção, pela Instituição Estácio de Sá. Instituição: (instituição onde trabalha atualmente). E-mail: roseli.rose2016@gmail.com

ANJOS, Josiane Guimarães dos: Professora da Educação Básica. E-mail: crisperes_araujo@hotmail.com

ARAÚJO, Cristiane Beserra Peres: Professora da Educação Básica. E-mail: crisperes_araujo@hotmail.com

CAMPOS, Luiz Henrique Bicalho: Instituto Federal de Minas Gerais - campus São João Evangelista; <http://lattes.cnpq.br/2579025761205852> E-mail: campos.luiz.henrique.bicalho@gmail.com

CAVALCANTE, Rozilene de Souza: Professora da Educação Básica. E-mail: rozilenecavalcante@hotmail.com

CRUZ, Marinalva Ferreira: Mestre em Ciência da Educação pela Universidad San Lorenzo - UNISAL. Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva – UNINTER e Gestão do Trabalho Pedagógico: Administração, Orientação e Supervisão – FACINTER. Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e Licenciatura Plena em Educação Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). E-mail: ferreiranalva@hotmail.com.

DAMASCENA, Claudia Cândida da Silva: Professora da Educação Básica. E-mail: damascena.claudia73@gmail.com

DAMIANO, Marcelo: Graduado em Educação Física pela Escola de Educação Física de São Carlos (1997) e Pedagogia pela Universidade de Franca (2016). Especialista em Gestão Ambiental e Ecogestão pela Universidade Paulista (2020). Com graduação em andamento em Gestão Ambiental pela Universidade Paulista, Mestre pelo no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais -USP- São Carlos, e atualmente é professor de educação básica II - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. E-mail: marckdamiano@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2562053852083065> marcelodamiano@usp.br

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Atuou como professora da Rede Pública em Macau/RN. Atuou como professora da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9198-6746>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956672837215695>. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

FIGUEIREDO, Maria Fernanda de Lima: Professora da Educação Básica. E-mail: mariafernanda0804@outlook.com

FILHO, João Batista Bento: Professora da Educação Básica. E-mail: jbbento01@gmail.com

FIRMINO, Helena Maria dos Santos: Mestranda em Ciências da Educação, FACEM, 2021. E-mail: helenaprof69@gmail.com

FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de: Mestra em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Metodologia do ensino de Biologia e Química pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais

(IPEMIG/MG). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS). Palestrante. Pesquisadora. Professora e Orientadora de cursos de Pós-Graduação e Graduação em instituições da rede privada em Macau/RN. Professora; Orientadora de TCC e Orientadora de Estágio Curricular Supervisionado da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Professora da Educação Básica do município de Guamaré/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5355-3547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122671799874415>. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

GREGORIO, Maria Ilza: Professora da Educação Básica. E-mail: ilzagregorio@bol.com.br

ICHIBA, Rafaela Bruno: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Atualmente é Prof. da Rede Municipal de Educação de São Carlos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2304604535273808>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7168-9317>. E-mail: rafaela.ichiba@usp.br

LAU, Peuris Frank Rodrigues: Doutor em Ciência da Educação pela Universidade Politécnica y Artística do Paraguai – UPAP (2020). Mestrado Profissional em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Roraima – UERR (2014). Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil – FACETEN (2005). e Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2002). Bacharel Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Roraima – UFRR (1998). E-mail franklau.bv@hotmail.com

LEMOS, Karina Dutra de Carvalho: Instituto Federal de Minas Gerais - campus São João Evangelista; <http://lattes.cnpq.br/9520732903215220> E-mail: karina.dutra@ifmg.edu.br

LIMA, Patrícia Lays Dias de Souza: Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Pós-graduada em Gestão, orientação e supervisão escolar pela UniBF; Pós-graduada em Educação infantil, anos iniciais e psicopedagogia pela UniBF; Professora efetiva da Educação Infantil da Secretária Municipal de Guarabira- Paraíba.

MACEDO, Vander Cardoso de: Instituto Federal de Minas Gerais - campus São João Evangelista; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/746619447161959>. E-mail: vandermacedo23@gmail.com

MARTINS, Aline Ramos: Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2004), Graduação e Artes Visuais (2015) Universidade Metropolitana de Santos, Graduação em História (2017) Universidade Metropolitana de Santos. Especialista em Educação Infantil pela Universidade Católica de Goiás (2006), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2011) Centro Universitário Central Paulista, Especialista em Educação Especial (2014) Universidade Cândido Mendes, Especialista em Gestão Escolar: administração, supervisão e orientação (2019) Universidade Cândido Mendes. Mestre pelo Programa de Pós- Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais - USP - São Carlos e atualmente exerce a função de professora efetiva do Estado de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8604691384555369>. E-mail: alineram@usp.br

MATA, Julielma Melo De Freitas da: Professora da Educação Básica. E-mail: julielma_guerreira@hotmail.com

MATTOS, Dario de: Possui graduação em Letras pelo Centro Universitário Internacional (2021). cursando pós graduação em Metodologia do Ensino na Educação Superior pelo Centro Universitário Internacional (2021). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3429593257175956>. Lattes: E-mail: dariodemattos@outlook.com

MELO, Fernanda dos Santos Martins de: Professora da Educação Básica. E-mail: fernandasantmartins21@gmail.com

MELO, Marycelia Bastos da Silva: Mestranda em Ciências da Educação, FACEM, 2021. E-mail: marycelia_bastos@hotmail.com

MORAIS, Silvana Cavalcanti Leal: Licenciada em Pedagogia - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Especialista em Coordenação Pedagógica - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialista em Inclusão Escolar: necessidades educativas especiais - Faculdades Integradas de Patos (FIP), Mestranda em Educação - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Supervisora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4156557068933260>

MUSETTI, Karen Cristina Pinheiro: Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP Araraquara (2008). Especialista em Educação Infantil pela Universidade da Cidade de São Paulo- UNICID (2011), Especialista em Ensino Lúdico pela Faculdade de Educação São Luís (2017), Especialista em Alfabetização e Letramento pela Faculdade de Educação São Luís (2017). Com graduação em andamento em Licenciatura em Letras, Educação Física e Matemática pela IBRA- Instituto Educacional e atualmente exerce a função de professora do quadro efetivo de Educação Infantil (desde 2009) pela Prefeitura Municipal de São Carlos. E-mail: karen.musetti@professor.saocarlos.sp.gov.br

OLIVEIRA, Carlos Alberto da Silva: Mestre em Ciência da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do Paraguai - UPAP. Graduado em Geografia pela

Universidade Federal de Roraima - UFRR e Direito - Faculdade Estácio da Amazônia - ESTÁCIO/RR. E-mail: ca1091055@gmail.com

OLIVEIRA, Cláudio Henrique Veríssimo de: Especialista em História do Rio Grande do Norte pela UNP e Gestão Educacional pela UniCesumar. E-mail: claudiounp@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Clébia Georgina Lima da Silva Veríssimo de: Mestranda em Ciências da Educação, FACEM, 2021. E-mail: ana.mg74@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Clézia Araújo de: Professora da Educação Básica. E-mail: cleziaara5@gmail.com

OLIVEIRA, Roneide Silva: Professora da Educação Básica. E-mail: roneide_silva@hotmail.com

OLIVEIRA, Valcilene Araújo de: Professora da Educação Básica. E-mail: valcilene.o@gmail.com

PENHA, João Batista Barbosa da: Graduado em Música Bacharelado, licenciado em Música e especialista em Ensino de Música na Educação Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); professor de Arte no Sistema de Ensino ABC. E-mail: jbmusicp@hotmail.com

PEREIRA, Thâmara Kelly da Silva: Professora da Educação Básica. E-mail: thamara_silvapereira@yahoo.com.br

ROCHA, Irene Soares da: Doutoranda em Ciências da Educação. Mestre em Ciências de Educação. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. E-mail: irenerocha40@gmail.com.

SILVA, Aldo Aires da: Músico profissional registrado na Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) em com o número de inscrição 2.431/RN, trabalhou em várias Casas de Shows, Escolas de Música, Bandas e Orquestras Sinfônicas de Natal e do Rio Grande do Norte. Atualmente, professor de bateria e percussão. Possui nível superior em música (Bacharelado e Licenciatura Plena) e Pós-graduação ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7246810137489086>

SILVA, Aline Fabiane da: Possui Formação em Magistério (nível médio), graduação em Licenciatura em Ciências Exatas pela Universidade de São Paulo (USP/ Campus São Carlos) com habilitação em Química (2009) e Matemática (2010), Licenciatura Plena em Pedagogia - Universidade Nove de Julho (2014), MBA em Gestão, Docência e Novas Metodologias - UNICEP (2018) e Mestra em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais - PROFCIAMB/USP (2020). Participou como membro do Programa Observatório da Educação - UFSCar como professora pesquisadora (2012). Exerceu funções na Secretaria Municipal de Educação de São Carlos: Chefe de Divisão do Ensino Fundamental

(01/2013 - 11/2015), Assessora Pedagógica de Escola (11/2015 - 01/2016), Diretora do Departamento Pedagógico (03/2016 - 12/2016) e Supervisora Escolar (02/2017 - 07/2017). Atualmente é Professora I - Educação Infantil (2016) e Professora PII - Ensino Fundamental I (2009) da Rede Municipal de Ensino de São Carlos. Atuou como coordenadora local Programa Mais Educação (2012), coordenadora local/municipal do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (2013-2016), coordenadora local/municipal do Ler e Escrever - SP (2013 - 2016) e coordenadora do Centro Municipal de Extensão e Atividades Recreativas - CeMEAR (2018). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em formação de professores, gestão educacional, educação matemática e educação ambiental. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5329921524397995>

SILVA, Francisco Clecio Araújo: Professora da Educação Básica. E-mail: cleciofrancisco@yahoo.com.br

SILVA, Johnny Jonas do Nascimento: Mestrando em Ensino/Posensino (UERN/UFERSA/IFRN). Possui Graduação em Música e Pós-Graduação em Ensino de Música em Múltiplos Contextos (UFRN), Especialista em Metodologia do Ensino de Música e Ensino de Arte e Música (UNIBF). Possui Curso técnico em Guitarra elétrica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Foi professor de música do Centro Suzuki de Natal, Prefeitura Municipal de Guamaré (Proarte). atualmente é integrante do curso técnico em Violão Popular da UFRN e ocupa a função de tutor a distância da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), com bolsa de Pós Graduação UAB/CAPES e como membro bolsista do projeto de extensão Grupo Esperança Viva (UFRN). Tem experiência como professor de Percepção Musical, Teoria Musical, Harmonia Funcional e Improvisação, Guitarra Elétrica, Violão Popular, Prática de conjunto e Composição. Trabalha com arranjo e produção musical. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Educação Musical. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0887996777227805>. E-mail: Johnnyalfhguitar25@yahoo.com.br

SILVA, José Antonio da: Professor da Educação Básica. E-mail: joseantoniosilva.rn@gmail.com

SILVA, Leydiane da: Professora da Educação Básica. E-mail: leydiane12@outlook.com.br

SILVA, Maria do Carmo da: Professora da Educação Básica. E-mail: kalejorginho.rn@gmail.com

SILVA, Valdeci Lima da: Possui graduação em Pedagogia pela ORG SANT ED E CULTURA - UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO (OSEC) - (2001), pós graduação em Psicopedagogia pela Faculdade de Educação São Luís (2005) e Educação Infantil pela Universidade Cidade de São Paulo (2011). Atualmente é professora efetiva PEB I da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de São Carlos/SP. Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/6875993147417658>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4081-0898>.
E-mail: vanicemelo7@gmail.com

SIMÕES, Vanice Conceição de Melo: Possui graduação em Pedagogia pela Org Sant Ed E Cultura - Universidade De Santo Amaro (OSEC) - (2001), pós graduação em Psicopedagogia pela Faculdade de Educação São Luís (2005) e Educação Infantil pela Universidade Cidade de São Paulo (2011). Atualmente é professora efetiva PEB I da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de São Carlos/SP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6875993147417658>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4081-0898>. E-mail: vanicemelo7@gmail.com

SOUSA, Cristina Araújo de: Possui graduação em Licenciatura em Artes Visuais pela Faculdade Mozarteum De São Paulo(2017), graduação em Letras - Inglês pela Faculdade de Direito de São Carlos(2007), graduação em Pedagogia Pela Faculdade Paulista São José (2016), especialização em Ética, Valores e Cidadania Na Escola pela Universidade de São Paulo(2013) e ensino-medio-segundo-graupela CEFAM Deputado Miguel Petrilli (2003). Atualmente é PROFESSOR I da Prefeitura Municipal de São Carlos - SP. Tem experiência na área de Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0528891372371840>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1302-6413>. E-mail: criscazella@yahoo.com.br

SOUSA, Janicélia Bedoni de: Mestre em Ciência da Educação - Universidad Politécnica y Artística do Paraguay - UPAP. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Bacharel em Pedagogia pela Faculdade de Teologia de Boa Vista - FATEBOV. E-mail: janiceliagol@gmail.com

TOLEDO, Bruno de Souza: Instituto Federal de Minas Gerais - campus Governador Valadares. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7206178125726219>. E-mail: bruno.toledo@ifmg.edu.br

TOLEDO, Marcos Vinícius de Souza: Instituto Federal de Minas Gerais - campus Avançado Ponte Nova; <http://lattes.cnpq.br/3135201649549035> E-mail: marcos.toledo@ifmg.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência, [88](#)
Alfabetização, [31](#), [109](#), [136](#)
Aluno, [194](#)
Ambiente escolar, [187](#)
Anos Iniciais, [143](#), [258](#)
Aprendizagem, [13](#), [60](#), [136](#), [143](#), [171](#),
[209](#), [268](#)
Autonomia, [78](#)

B

Brincar, [229](#)

C

Ciências Naturais, [171](#)
Contexto escolar, [45](#)
Criança, [157](#), [229](#)

D

Dança, [45](#)
Desafios, [209](#)
Didática, [60](#)
Dificuldades, [13](#)
Dificuldades de aprendizagem, [237](#)

E

Educação, [119](#)
Educação à distância, [221](#)
Educação Básica, [157](#)
Educação brasileira, [98](#)
Educação Especial, [237](#)
Educação Física, [187](#)
Educação Infantil, [31](#), [157](#), [229](#), [258](#)
Educação musical, [249](#)
Educando, [13](#)
Ensino, [143](#), [171](#), [268](#)
Ensino a distância, [249](#)
Espaços não formais, [171](#)
Evasão. Escola, [88](#)

F

Formação, [109](#)

G

Gravidez, [88](#)

H

História, [98](#)
História da Educação, [157](#)

I

Igrejas protestantes, [268](#)
Inclusão, [258](#)
Inclusão Digital, [119](#)
Indivíduo, [109](#)
Informática, [119](#)
Interdisciplinaridade, [45](#), [78](#)
Intervenção psicopedagógica, [237](#)

J

Jogos cooperativos, [187](#)

L

Legado educacional, [98](#)
Leitura, [13](#), [78](#), [136](#)
Leitura literária, [194](#)
Letramento, [31](#), [109](#), [136](#)
Literatura, [194](#)
Lúdico, [229](#)

M

Meios Pedagógicos, [60](#)
Música, [209](#)

N

Novas tecnologias, [221](#)

P

Práticas docentes, [258](#)

Práticas pedagógicas, [143](#)

Professor, [31](#), [194](#)

Psicopedagogo, [237](#)

R

Recurso Tecnológicos, [221](#)

Repertório, [268](#)

T

Trajetória acadêmica, [78](#)

Tutor no Ensino, [249](#)

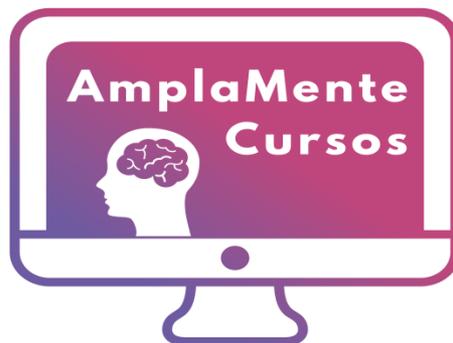
Tutoria em música, [249](#)

E-BOOK AMPLAMENTE: INCLUSÃO E LUDICIDADE NA ESCOLA
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-89928-00-3 DOI: 10.47538/AC-2021.04

E-BOOK

AMPLAMENTE: INCLUSÃO E LUDICIDADE NA ESCOLA

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

ORGANIZADORES

Luciano Luan Gomes Paiva
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2021.04

ISBN: 978-65-89928-00-3

 (84) 99707 2900

 @editoraamplamentecursos

 amplamentecursos

 publicacoes@editoraamplamente.com.br



Ano 2021